

O exemplo de Mandela

Josaphat Marinho

Os verdadeiros estadistas afirmam-se por suas atitudes, não pela alegação de seus feitos. As realizações administrativas constituem dever do governante, a serviço da coletividade. O povo as admira e louva o dirigente. Daí, porém, não resulta vínculo permanente, de caráter espiritual ou moral, entre o dirigente e os dirigidos, salvo em situações excepcionais. Há administradores eficientes, que adotam método de trabalho demasiado centralizador, sem participação da cidadania, e, assim, sem reflexo maior no juízo popular. Não basta realizar, é preciso fazê-lo em harmonia com as aspirações gerais. A comunidade não estima o mando, mas o exercício do poder com espírito democrático.

O presidente Mandela dá exemplo desse procedimento correto, na atualidade universal. Lutou contra a discriminação racial na África do Sul. Sofreu, pela resistência lúcida e desassomburada, 27 anos de prisão. Foi, portanto, um mártir da causa a que se dedicou. Posto em liberdade,

conquistou a presidência da República. Nela buscou reduzir os contrastes. Não exerceu a vingança. Procurou a conciliação, sem desprezar os direitos da maioria negra. Não mudou seu comportamento. Submeteu-o aos deveres do alto cargo e à conveniência do interesse geral. Foi o pacificador, sem abdicar dos princípios que o tornaram líder.

Prestigiado por essa diretriz, não perdeu o apoio popular. Guardou a mística que lhe envolve o nome. No mundo de governantes desprestigiados, e apesar das dificuldades de seu país, chega ao fim do mandato com o respeito e o aplauso de sua gente. Poderia pleitear a reeleição, e não lhe faltariam condições para tanto. Por sua idade, 80 anos, seria o último mandato, em forma de consagração. Não tentou. Assegurou a eleição presidencial, processada no recente dia 2, e em clima de tranquilidade, segundo notícia a imprensa.

Revela, desse modo, extraordinário senso de liderança política e democrática. Faz do poder instrumen-

to de educação do povo. Não alegou serviços, nem aproveitou as dificuldades nacionais, inclusive de desemprego, para prolongar sua permanência na direção do país. Compreendeu a função pedagógica da liderança e a desempenha com singular lucidez. Ensina sobretudo aos moços que a democracia se aperfeiçoa na sucessão do comando. Com tamanha firmeza, há de despertar nas novas gerações o interesse pela vida política, dada a expectativa criada de renovação sucessiva na chefia do destino nacional. Transmite, especialmente, a lição de que o político que sofre na oposição não pode adotar no governo o mesmo procedimento condenável. A ética política, que tantos menosprezam, não admite tal desvio.

Enquanto assim age o presidente sul-africano, no continente americano reproduzem-se os artifícios para o prolongamento do poder. A crise não é fator de contenção, mas de descomedimento nos propósitos continuístas. Altera-se a Constituição, substituem-se praxes, concii-

am-se pretensões contrapostas, desde que possa prevalecer a ânsia de mando, mesmo dividido e enfraquecido. Pior é que, mantido sem unidade nem planejamento, o poder deformado não serve ao bem-estar do povo e concorre para sua deseducação política. É o que se observa aqui e no continente, sem perspectiva de transformação visível.

Embora com injustiça social marcante, os Estados Unidos vivem em regime de equilíbrio político e financeiro. Os principais países europeus estão se libertando do neoliberalismo e criando ou tentando criar sistemas políticos de conciliação entre as forças econômicas e as operárias, na direção da justiça social. No continente sul-americano, inclusive no Brasil, persiste a incerteza, a indecisão de promover o desenvolvimento democrático. Como nos versos de Fernando Pessoa: "A Verdade/Nem veio nem se foi: o Erro mudou".

■ Josaphat Marinho, ex-senador, é professor emérito da UnB e da Universidade Federal da Bahia

05 JUN 1999

CORREIO BRAZILIENSE